

Nota da Direção

O n.º 1 do volume x da *Católica Law Review* (o primeiro número de 2026) é integralmente dedicado à investigação jurídica na área do Direito Público — contando com cinco artigos, um comentário de jurisprudência e uma recensão de livro. Para garantir a sua qualidade académica e metodológica, todos os artigos publicados neste número da *Católica Law Review* foram submetidos a um processo de revisão por pares (*double blind peer review*), realizado por académicos de reconhecido mérito e sem qualquer ligação à Universidade Católica Portuguesa.

O primeiro artigo apresentado neste número («*Liberal Trade and President Trump: Never the Twain Shall Meet*», escrito por Joel Abu-Quaye e Petros C. Mavroidis) apresenta uma reflexão sobre as políticas de tarifas aduaneiras adotadas pelos Estados Unidos durante a primeira e a segunda Administração de Donald Trump, incidindo a análise dos autores sobre dois aspetos em particular: em primeiro lugar, o seu impacto negativo no comércio livre; em segundo lugar, a erosão gradual, mas existencial, do papel das instituições internacionais e transnacionais que asseguram o cumprimento das regras relativas ao comércio livre, com um efeito negativo na previsibilidade e segurança das transações comerciais internacionais.

O segundo artigo incluído neste número («*O Estado das Prisões Portuguesas à luz da Jurisprudência do TEDH: Crónica de um Acórdão Piloto Anunciado*», escrito por Filipa Aragão Homem) analisa a jurisprudência recente do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos sobre as condições de detenção e prisão no Estado português (com especial ênfase no acórdão *Petrescu c. Portugal*, que censurou o estado do sistema prisional português), bem como a ausência de um recurso interno efetivo que permita lidar com esta violação da Convenção Europeia dos Direitos Humanos. Este artigo inclui uma análise estatística sobre o estado do sistema prisional português, de forma a salientar os problemas estruturais que persistem e a possibilidade de o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos adotar um acórdão piloto sobre esta matéria.

O terceiro artigo neste número da *Católica Law Review* («*Rethinking Sovereignty: The Role of the European Society in the Federal Architecture of the European Union*», escrito por Alberto Atelli) aborda o papel da sociedade civil como elemento do conceito de uma soberania europeia. Para o efeito, o artigo começa por analisar a interação entre sociedade civil, povo e soberania, para depois explorar o modo como a sociedade civil europeia opera no âmbito do processo (para-)federal europeu.

O quarto artigo incluído neste número («*Genocide in the ICJ: Should States Be Obligated to Hold each other Accountable?*», escrito por António Kreisler Albuquerque) analisa as obrigações jurídicas dos Estados ao abrigo da Convenção para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio, designadamente se o artigo IX desta convenção consagra uma obrigação de uso do mecanismo interestadual aí previsto. Depois de avaliar as dificuldades e limitações ao exercício desta obrigação, o artigo conclui que, havendo indícios de genocídio, existe também uma obrigação jurídica vinculativa para os Estados de invocação e utilização de meios internacionais disponíveis.

Por fim, o quinto artigo apresentado neste número («*O Princípio da Separação de Poderes e da Intervenção Judicial face à Omissão do Estado Português na Execução da Lei de Bases do Clima — Análise da Ação Popular por Inação Climática Intentada pelas Associações Ambientalistas “Último Recurso”, “Quercus” e “Sciaena” contra o Estado Português*», escrito por Marco Gamaliel Alves) analisa a ação popular proposta por três associações ambientalistas contra o Estado português, relativa à implementação insuficiente da Lei de Bases do Clima, aprovada pela Lei n.º 98/2021, de 31 de dezembro. Em particular, este artigo analisa com detalhe o percurso desta ação, bem como as questões dogmáticas que se colocam no seu âmbito, designadamente o princípio da separação de poderes e o papel dos tribunais na garantia do cumprimento de obrigações jurídicas a cargo do Estado(-legislador).

Ademais, este número 1 do volume x da *Católica Law Review* inclui um comentário de jurisprudência («*Comentário Crítico ao Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 307/2025*»), escrito por Mafalda Miranda Barbosa. Em concreto, este acórdão do Tribunal Constitucional pronunciou-se no sentido da inconstitucionalidade de algumas das normas da Lei n.º 22/2023, de 25 de maio, que regula as condições em que a morte medicamente assistida não é punível e que altera o Código Penal. Porém, o aresto não questiona a legitimidade constitucional da eutanásia, colocando a questão num plano de opção política. Esta visão é criticada pela autora neste comentário, que pretende trazer a questão do plano «meramente político» para um plano «igualmente jurídico».

Finalmente, este número da *Católica Law Review* inclui ainda uma recensão do livro de Inês Bichão, *O Lóbi como Desafio Constitucional Multinível* —

O Elefante na Sala dos Poderes Públicos? (Almedina, 2025), escrita por Pedro Coutinho, que aproveita a oportunidade para dialogar com a autora e refletir sobre o papel do lóbi no contexto de uma sociedade plural, democrática e global/europeia.

Armando Rocha
Catarina Santos Botelho